

# CIÊNCIAS POLICIAIS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

---

Ederson da Cruz Pereira<sup>1</sup>

Francis Albert Cotta<sup>2</sup>

Tiago Farias Braga<sup>3</sup>

## RESUMO

Analisa o processo de institucionalização e consolidação da pós-graduação na Polícia Militar de Minas Gerais destacando a importância do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar. Para tanto, realiza uma síntese histórica apresentando, de forma descritiva, alguns marcos representativos da trajetória de pesquisa da Academia de Polícia Militar, enquanto Instituição de Ensino Superior. A investigação, de natureza bibliográfica e documental, possibilita perceber a busca da Instituição pela internacionalização do ensino e da pesquisa, além dos diálogos com os sistemas de educação, em nível estadual e federal. Percebe uma intencionalidade estratégica no sentido potencializar um ambiente acadêmico especializado que se torna catalisador de práticas de pesquisas e da pós-graduação, contribuindo dessa forma para a construção do campo das Ciências Policiais no Brasil.

**Palavras-chave:** Ciências Policiais; Segurança Pública; Polícia Militar.

---

<sup>1</sup> Tenente-Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Mestre em Desenvolvimento Social (Unimontes). Chefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM MG)

<sup>2</sup> Major da PMMG. Doutor em História Social da Cultura (UFMG) e Mestre em Educação (UFMG). Realizou pós-doutorados na Universidad Nacional de La Matanza (Argentina), PUC Minas, Universidad Kennedy (Argentina) e UFMG. Pós-doutorando em Educação na Faculdade de Educação da UFMG. Professor no Mestrado em Segurança Pública e Cidadania da Universidade do Estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Capitão da PMMG. Doutor em Comunicação (Unisinos) e Mestre em Gestão Integrada do Território (Univale).

## ABSTRACT

Analyzes the process of institutionalization and consolidation of postgraduate studies in the Military Police of Minas Gerais, highlighting the importance of the Research and Postgraduate Studies Center of the Military Police Academy. Therefore, it performs a historical synthesis presenting, in a descriptive way, some representative landmarks of the research trajectory of the Military Police Academy, as a Higher Education Institution. The investigation, of a bibliographical and documentary nature, makes it possible to perceive the Institution's quest for the internationalization of teaching and research, in addition to the dialogues with the education systems, at state and federal levels. It perceives a strategic intention in the sense of enhancing a specialized academic environment that becomes a catalyst for research and postgraduate practices, thus contributing to the construction of the field of Police Science in Brazil.

**Keywords:** Police Sciences; Public security; MilitaryPolice.

## 1 INTRODUÇÃO

As vicissitudes da pós-modernidade (ou da crise da modernidade), com sua hiperfluidez, aceleração e excessos trazem desafios às instituições policiais, conforme atribuições previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88).<sup>4</sup> Na Carta Magna, a responsabilidade pela Segurança Pública é atribuída aos órgãos policiais e a todos os cidadãos brasileiros. Ainda que o dever recaia somente sobre o Estado, a responsabilidade abrange a todos.

Logo, a comunidade acadêmica, sobretudo quando componente de instituições públicas, possui papel relevante na promoção de ações que garantam e promovam a Segurança Pública. No âmbito das Ciências Policiais, tal direito-dever se torna ainda mais relevante. Estudiosos como

---

<sup>4</sup> De acordo com o Caput do artigo 144, da CF/88, a “segurança pública” é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

Egon Bittner (2003) e Goldstein (2003)<sup>5</sup> destacam a importância da pesquisa aplicada no meio policial, especialmente no que diz respeito à sua utilidade e seus resultados práticos. Os ganhos advindos de pesquisas nesse novo campo científico (Ciências Policiais) tem como alvo as comunidades, as instituições policiais e os próprios policiais.<sup>6</sup>

Nesse diapasão, delimitando-se a discussão ao território mineiro, o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), enquanto centro fomentador e divulgador de investigações científicas, ocupa papel importante na preservação e continuidade de estudos policiais aplicados ao longo dos seus 20 anos de existência.

Partindo desse contexto, este artigo apresenta o seguinte problema de pesquisa: com base na pesquisa e pós-graduação na PMMG, quais são os marcos principais que denotam o processo histórico, o status quo e os cenários futuros do CPP, enquanto protagonista-partícipe do desenvolvimento das Ciências Policiais, em sua trajetória de 20 anos? Na busca pela resposta a essa questão, o presente artigo teve como objetivo principal reunir informações e articular um compêndio em marcos fulcrais da trajetória e da atualidade da pesquisa e pós-graduação na PMMG promovidas pelo CPP, por si e/ou em parceria com outras instituições de ensino superior.

Para tanto, quanto à metodologia empregada, realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva cuja abordagem teórico-discursiva foi bibliográfico-documental, depreendendo-se dos caminhos de perquirição do objeto,

---

<sup>5</sup> Este autor trabalha no sentido de esperar que “as instituições de ensino superior contribuam para desenvolver a liderança do campo policial (...) e envolvam-se na pesquisa para ajudar a polícia a encontrar respostas melhores para alguns problemas com que rotineiramente deve lidar.” (GOLDSTEIN, 2003, p. 349).

<sup>6</sup> Em 2020 houve o reconhecimento das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil, conforme homologação do Parecer nº 945/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Despacho do Ministro de Estado da Educação. Despacho, de 08 de junho de 2020 do Ministério da Educação/Gabinete do Ministro, publicado no Diário Oficial da União, em 09/06/2020, Edição 109, Seção: 1, à página 22, conforme consta do Processo nº 23123.007756/2017-45. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-de-8-de-junho-de-2020-260786948>. Acesso em: 23 nov. 2021.

adaptações e confluências de métodos que, conforme necessidade e em resposta ao problema proposto, ora priorizaram aspectos diacrônico/histórico-apropriativos, ora enfatizaram a sua caracterização atual. Desse modo, na transição entre “o velho” e “o novo” (vice-versa), por encontros, desencontros, criações, inovações, repetições, aprimoramentos e descobertas, com o propósito de identificar os “episódios” e “marcos”, devidamente, registrados em fontes documentais e bibliográficas, que demonstram a educação na Polícia Militar de Minas Gerais estando alinhada às exigências sociais.

Nesse sentido, este artigo foi dividido em três seções, sendo a primeira a presente Introdução. A segunda, em que houve o desenvolvimento propriamente dito do trabalho, apresentaram-se os principais pontos da trajetória histórica educacional da PMMG, sobretudo no que tange à pós-graduação e pesquisa, e o papel do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação nesse processo. Tal seção serviu tanto para apresentação dos dados quanto para sua articulação teórica e interpretação no encaminhamento da terceira e última seção em que foram trazidas as considerações finais.

## **2 NOS DOMÍNIOS DE CLIO E DE MARTE: BREVE HISTÓRIA E ATUALIDADE DA PESQUISA E EDUCAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

No alvorecer da República no Brasil ocorreu em Minas Gerais o processo de educação profissional de sua Força Pública. A partir de 1912 institucionalizou-se a Escola de Instrução, composta pela Escola de Graduados, Escola de Recrutados e Escola de Tática. Como desdobramento desse processo educativo, em 1927 criaram-se o Corpo-Escola e a Escola de Sargentos, conforme Decreto nº 7712, de 16 de junho do mesmo ano. Em 1931, o Corpo Escola foi transformado em Batalhão-Escola, conforme o Decreto nº 9867, de 1931. Em 1934, por meio do Decreto nº 11.252, de 3 de março, foi criado o Departamento de Instrução (D.I.) (COTTA, 2001).

O Departamento de Instrução destinava-se à “formação, especialização e aperfeiçoamento dos quadros da Força Pública”, à época composta por 7.000 integrantes. O D.I. era formado pelo Instituto Propedêutico e o Centro de Educação Física. No Instituto Propedêutico eram realizados o Curso de Formação de Sargentos e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com um ano de duração; o Curso de Formação de Oficiais, com três anos de duração e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, com um ano de duração (COTTA; BRAGA, 2020).

Nas décadas de 1940 a 1960, com o processo de saída das pessoas da zona rural para as cidades, emergiram novas exigências sociais, o que redirecionou as atividades até então tipicamente militares para um novo desafio: o policiamento ostensivo profissional nos grandes centros urbanos. Essa mudança em termos de instrumentalização transformou a Força Pública em Polícia Militar (COTTA, 2007).

Em 1973, a Polícia Militar passou a ter um sistema próprio de Ensino, normatizado pela Lei Estadual nº 6260, de 13 de dezembro, o que proporcionou o aprimoramento e capacitação dos seus integrantes para o exercício das funções e cargos, além de proporcionar assistência educacional aos dependentes dos policiais, por meio dos Colégios Tiradentes (COTTA, 2020).

Conforme Soprano (2021), como historiador e antropólogo que investiga a guerra e as forças dessa, afirma sobre as análises dos “historiadores militares” da primeira metade do século XX que as produções historiográficas desses não podem ser, plenamente, entendidas sem a interpretação de suas relações com as concepções e as experiências profissionais militares, na medida em que “[...] su intereses como *‘historiadores militares’ gravitaban entre Clío y Marte*”<sup>7</sup> (SOPRANO, 2021, p. 262). Logo, em referência a “Clío, a musa grega da História, e Marte, o

---

<sup>7</sup> “[...] seus interesses enquanto ‘historiadores militares’ gravitam entre Clío e Marte” (Tradução nossa).

deus romano da guerra” (CLIO E MARTE, 2021)<sup>8</sup>, esta seção buscou apresentar uma breve síntese das concepções e experiências educacionais da PMMG, atendendo aos propósitos de desenvolvimento do presente artigo.

Na mesma lógica de não poder se desprender das próprias experiências profissionais, os três pesquisadores autores deste artigo, que são também policiais militares, nas descrições dos “episódios” e “marcos” da trajetória e atualidade estudadas, trouxeram à escrita o que Goldstein (2003, p. 67) chama de “acúmulo de experiência e conhecimento”, desenvolvido ao longo dos muitos anos de exercício da profissão-policial militar<sup>9</sup>. Todavia, evidentemente, priorizaram os referenciais teóricos em relação ao conhecimento profissional, de modo a proceder às sistematizações que a cientificidade lhes impões, mas sabendo que a aproximação do investigador com o seu objeto é desejável no âmbito das ciências sociais (MINAYO, 2016; BRAGA e SILVEIRA, 2019; BRAGA, 2021), sendo ilusório o objetivo de nessas alcançar a neutralidade que é possível em estudos laboratoriais com sistemas totalmente fechados.

É importante destacar ainda que além da descrição da atualidade e das perspectivas futuras do CPP, com o objetivo de verificar o papel desse no processo de produção científica e pós-graduação da PMMG, a revisitação de seus marcos históricos, nessas duas décadas de existência, constituiu-se em reconhecimento da veracidade do pensamento de Mills (1982, p. 156), no sentido de que “os problemas do nosso tempo [...] não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social [...]”.

Diante disso, na perspectiva de Moreira e Hespanhol (2007, p. 49), quanto a apreender o lugar ser “contextualizá-lo em suas acepções teóricas”, nesta seção, o CPP foi contextualizado em seu lugar de importância na

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://cliomarte.blogspot.com/p/blog-page.html>; Acesso em: 18 nov. 2021.

<sup>9</sup> Os autores possuem, respectivamente, os seguintes tempos de serviço: primeiro autor, 29 anos; segundo autor, 28 anos; terceiro autor, quase 18 anos.

pós-graduação e pesquisa na PMMG, em busca de responder ao problema e alcançar os objetivos do presente artigo, conforme elencados na Introdução. Assim sendo, procederam-se às seções secundárias 2.1 a 2.7, nas quais são, pormenorizadamente, tratados os “episódios”-chave nesse processo de contribuição para as ciências policiais, abrangendo e superando os domínios de “Clio e Marte”.

## **2.1 Diálogos acadêmicos**

Em 1974 foi realizado um convênio com a Fundação João Pinheiro (instituição de ensino superior e de pesquisa do Estado de Minas Gerais, criada em 1969) para que os oficiais frequentassem cursos de aperfeiçoamento no Centro de Desenvolvimento em Administração. Em 1975 a Fundação João Pinheiro ministrou aos oficiais da PMMG o primeiro Curso de Planejamento Estratégico. Com a Lei Estadual nº 6624, de 18 de julho de 1975, o Departamento de Instrução passou a denominar-se Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais. Transformando-se em 1979, com a Lei nº 7625, de 21 de dezembro, em Academia de Polícia Militar.

Em 1983, o Parecer nº 237, de 16 de março, do Conselho Federal de Educação, emitiu o reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais como equivalente aos Cursos Superiores de Graduação, para efeito no sistema civil, retroagindo às turmas formadas a partir de 1970. Ainda, em 1983, na busca de sistematização de saberes policiais, foi lançada a Revista O Alferes, que atualmente (2021), alinhada às diretrizes da Qualis Capes, lança sua 79ª edição.

Em 1985 a PMMG, por meio da Academia de Polícia Militar, formalizou novo convênio com a Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de estabelecer programas de formação e especialização para os policiais militares. Em decorrência, o Curso Superior de Polícia (CSP), criado em 2 de julho de 1969 e destinado aos Oficiais Superiores (Majores e Tenentes-Coronéis), passou a ser ministrado no Centro de Desenvolvimento em

Administração da FJP. O curso possuía uma carga horária de 829 h/a e tinha como foco aprimorar conhecimentos e desenvolver habilidades para a gestão dos negócios de Estado no campo da Segurança Pública, especialmente aquelas necessárias às funções gerenciais de nível estratégico da Organização.

Posteriormente, a FJP atuou sob a coordenação da Academia de Polícia Militar na gestão pedagógica do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), destinado aos Oficiais Intermediários (capitães). Esse curso fornece conhecimentos sobre processos organizacionais e desenvolve habilidades para capacitar seus egressos às funções de assessoria na Organização.

Dando continuidade ao diálogo com a universidade, em 1990 foi ofertada à PMMG pela Universidade Federal de Uberlândia, por meio do Departamento de Psicologia, a Pós-Graduação Lato Sensu em Trânsito.

Em 1996, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) deu novo formato à educação brasileira e, em particular, ao ensino profissionalizante. Em seu artigo 83, estabelece que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. No ano seguinte, o Comando da PMMG designou uma comissão para rever os processos de ensino em vigor na Instituição. Em decorrência, sob a égide da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, a partir de 1999, o Curso Superior de Polícia e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais foram transformados, respectivamente, em Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública e Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública.

A parceria com a Fundação João Pinheiro surtiu bons frutos também em nível de pós-graduação stricto sensu, uma vez que nos anos de 1997 e 1998, seis oficiais foram matriculados no Mestrado em Administração Pública, área de concentração gestão de políticas sociais da Escola de

Governo (pós-graduação criada em 1995). Os egressos participaram ativamente das mudanças ocorridas na Academia de Polícia Militar.

Em 1999, o comandante do Comando de Policiamento da Capital, como desdobramento do Programa Polícia para Resultados, deslocou-se juntamente com seu staff e integrantes do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da UFMG, para o Departamento de Polícia da cidade americana de New York, com o objetivo de conhecer o sistema de estatística computadorizada e georeferenciada daquela polícia. Essa ação foi o embrião do que seria o geoprocessamento na Polícia Militar de Minas Gerais. Essa abordagem foi aprofundada por meio de disciplinas inseridas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública ofertados pelo CRISP/UFMG a integrantes da PMMG.

Em 2004, por meio do Parecer nº 359, de 25 de maio, o Conselho Estadual de Educação reconheceu a equivalência em nível de pós-graduação lato sensu do Curso Superior de Polícia e do Curso de Aperfeiçoamento de Polícia, realizados no período de 1994 e 1998. Entre 1994 e 2020, o Curso de Gestão Estratégica em Segurança Pública formou 777 Oficiais Superiores (Majores e Tenentes-Coronéis) e o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública, 1818 Oficiais Intermediários (Capitães).

Em 2005, a Academia de Polícia Militar, por meio do Processo nº 41.723/A, do Conselho Estadual de Educação, foi credenciada como Instituição de Ensino Superior (IES), conforme o Decreto s/n, de 29 de novembro de 2005. Em 2008, outro Decreto s/n, de 30 de janeiro, subsidiado no parecer nº 1369, de 28 de novembro de 2007, do Conselho Estadual de Educação, reconheceu o Curso de Bacharelado em Ciências Militares, área de Defesa Social como curso superior.

Em 2010, a Lei Complementar nº 115 alterou o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, tornando o curso superior uma exigência para ingresso na Polícia Militar de Minas Gerais. Dessa forma, a partir do ano

de 2012, o nível acadêmico mínimo exigido para preenchimento das vagas de soldado passou a ser o 3º grau, em qualquer área de conhecimento, e para concorrer a uma vaga ao Curso de Formação de Oficiais, o candidato deve possuir o título de Bacharel em Direito.

Com o credenciamento da Academia de Polícia Militar como Instituição de Ensino Superior e a autorização para o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares – Área de Defesa Social, ocorreu nos anos seguintes autorizações e reconhecimentos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública, do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e Curso Superior de Tecnologia em Atividades de Polícia Ostensiva.

Entre 2005 e 2021 a Academia de Polícia Militar formou 1.700 policiais no Curso de Bacharelado em Ciências Militares, área de Defesa Social; 1.473 no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública e 3.109 no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Entre 2014 e 2016 foram formados no Curso Superior de Tecnologia em Atividade de Polícia Ostensiva 1.756 policiais militares.

Em 2021, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Resolução SEE nº 4.586/2021, de 1-7-2021, manifestou-se favoravelmente à renovação do credenciamento da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais pelo prazo de cinco anos.

## **2.2 Cooperação e intercâmbios**

Em 2012 a Polícia Militar de Minas Gerais firmou o convênio de cooperação nº 9.38/12 com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e com a Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa (FUNDEP), para o pagamento de bolsas de Aperfeiçoamento, Pós-Graduação lato sensu, Mestrado, Doutorado e demais benefícios concedidos pela FAPEMIG, por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH).

Em 2011, 23 discentes do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP), oferecido pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar, realizaram intercâmbios e pesquisas sobre o sistema de segurança, às Forças Policiais que atuam em eventos esportivos de grande magnitude. Assim, os pesquisadores policiais, por meio da modalidade Estágio Técnico-Científico no Exterior, com bolsas concedidas pela FAPEMIG, deslocaram-se para polícias de Lisboa, Madrid, Paris, Roma, Londres e Berlim.

Em 2012, 11 discentes do Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública (CEGESP) deslocaram para a Polícia Federal Argentina, em Buenos Aires; 10 discentes do CEGESP deslocaram para Montevidéu, no Uruguai, para intercâmbio com a Polícia Nacional do Uruguai; 10 discentes do CEGESP realizaram intercâmbio com os Carabineros de Chile, em Santiago.

Em 2013, a FAPEMIG concedeu 33 bolsas aos discentes do CEGESP para realização de intercâmbios por meio de Estágio Técnico-Científico no Exterior, no Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Interna, da Polícia de Segurança Pública de Portugal e a Guarda Nacional Republicana.

Em 2014, 35 discentes do CEGESP realizaram novo intercâmbio por meio de bolsas da FAPEMIG, na modalidade Estágio Técnico-Científico no Exterior. Discentes do Curso de Especialização em Segurança Pública e do Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública realizaram intercâmbios nas polícias militares do Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Brasília e Bahia.

Em 2018, 32 discentes do CEGESP realizaram intercâmbio na Guarda Nacional Republicana e na Polícia de Segurança Pública, ambas em Lisboa, Portugal. Nesse mesmo ano, 18 egressos do Curso de Bacharelado em Ciências Militares, ênfase em Defesa Social, realizaram intercâmbio na Escuela de Carabineros de Chile, em Santiago, Chile. Em

2019, 112 discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública realizaram intercâmbios na Polícia Nacional do Uruguai e Polícia Federal da Argentina, em Buenos Aires.

Em 2020, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a PMMG e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) para realização de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade de ensino a distância, nas áreas de Gestão do Meio Ambiente e Gestão Estratégica em Saúde. Em 2021 foi realizado termo aditivo ampliando a cooperação para outras pós-graduações lato e strictu sensus.

Nesse mesmo ano foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a PMMG e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Entre as atribuições comuns às duas instituições, se encontram: desenvolver intercâmbios para publicações de materiais científicos, técnicos e didáticos; desenvolver cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão em áreas de interesse comum; promover ações de extensão junto às comunidades de forma conjunta com objetivo de informar, esclarecer e conscientizar sobre direitos fundamentais, políticas públicas inclusiva, preservação do meio ambiente e segurança pública; apoiar e desenvolver conjuntamente projetos de pesquisa e extensão, atividades de ensino e formação continuada com vistas à promoção de direitos humanos fundamentais, especialmente relativos à igualdade de gênero, às populações tradicionais, a inclusão social e a direitos ético-raciais, e que colaborem para o enfrentamento da violência e da violação de direitos humanos.

O Termo de Cooperação Técnica prevê as seguintes atribuições particulares da PMMG: disponibilizar para a Unimontes a produção acadêmica proveniente das pós-graduações do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar, que será hospedada em ambiente virtual da Universidade; indicar docentes/pesquisadores para participação em projetos, seminários, colóquios e programas da Unimontes, de acordo com as demandas da Universidade; ceder

instalações físicas necessárias para a realização do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais; criar corpo administrativo e docente para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras; fomentar a participação de pesquisadores da PMMG em grupos de pesquisa criado em parceria com a Unimontes; arcar com os custos decorrentes da estruturação e funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais, entre outros.

As atribuições particulares previstas no Termo de Cooperação Técnica para a Unimontes são: indicar docentes/pesquisadores para compor o Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras, bem como participar do processo de construção, estruturação e implementação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais; propor à Capes a criação do Mestrado Profissional em Ciências Policiais, conforme Projeto de Mestrado e respectivo Regimento; criar grupos de pesquisa que contemplem a participação conjunta de pesquisadores da PMMG e Unimontes e cadastrá-los no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); compartilhar o acesso à Biblioteca Universitária e ao Portal de Periódicos da Capes para docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais; destinar vagas em cursos de pós-graduação EaD à PMMG, desde que aprovados no processo seletivo promovido na forma estabelecida pelo Colegiado.

Em decorrência das ações realizadas em virtude do Termo de Cooperação Técnica com a Unimontes foi consolidado e institucionalizado o Núcleo de Pesquisas em Ciências Policiais e Segurança Pública. O Grupo de Pesquisa está devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Núcleo é um espaço para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de discentes e docentes vinculados aos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu oferecidos pelo CPP e Unimontes, bem como para os pesquisadores nacionais e internacionais que se interessam pela

temática. Ele se orienta a partir de três linhas de pesquisa:

- 1) Gestão Estratégica, Inteligência de Segurança Pública e Tecnologias Inovadoras;
- 2) Ciências Policiais, Educação, Segurança Cidadã e Tecnologias Inovadoras;
- 3) Saúde nas Organizações Militares Estaduais e Inovação.

Tendo como base o tripé ensino-pesquisa-extensão, o Núcleo tem o compromisso de promover a formação de novos pesquisadores, em um ambiente integrador de conhecimentos e investigações das Ciências Policiais com vistas a apresentar soluções diante das demandas sociais e institucionais. Por sua natureza multidisciplinar, as discussões propostas pelo Núcleo perpassam todos os componentes curriculares dos cursos de pós-graduação ofertados pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, atualmente as especializações em: Segurança Pública, Gestão Estratégica em Segurança Pública; Gestão Estratégica em Saúde; Gestão Ambiental e Docência no Ensino Superior.

Foi aprovado pelos órgãos do IFSULDEMINAS o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência no Ensino Superior, que terá como público alvo os docentes dos diversos cursos de graduação oferecidos pela Academia de Polícia Militar em Belo Horizonte e no interior do estado, por meio das unidades desconcentradas e vinculadas tecnicamente à APM, tais como as Companhias de Ensino e Treinamento.

### **2.3 Internacionalização da pesquisa e da educação policial**

Com vistas à internacionalização da Academia de Polícia Militar, em 2020 iniciaram-se as tratativas para inserção da Academia de Polícia Militar à Red de Internacionalización Educativa Policial (RINEP).

A Rede conta com 42 corpos de polícia na América Latina e Europa, três Organismos Multilaterais e quatro Instituições de Ensino Superior (Universidad Nebrija, Espanha; Universidad Ciencias de la Seguridad, México e Universidad para la Paz de Naciones Unidas). Ela tem como missão promover atividades educacionais de internacionalização entre os sistemas de ensino policial, gerando projetos de cooperação acadêmica internacional e interinstitucional, a fim de garantir a qualidade dessas organizações, contribuindo para a perspectiva de convivência e segurança cidadã de cada país. Tem como objetivos, entre outros: divulgar programas e projetos de educação policial entre os integrantes da Rede, contando com as novas tecnologias; incentivar a mobilidade acadêmica dual-track de discentes, docentes, gestores e pesquisadores das forças policiais; promover a visibilidade acadêmica internacional dos sistemas de educação policial por meio de carteiras de cooperação na área de educação; promover o desenvolvimento de pesquisas conjuntas entre pares das instituições.

Em outubro de 2021, durante o VI Encuentro Internacional de Directores de Educación Policial, realizado em Honduras, a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais foi integrada à RINEP.

## **2.4 Ética em Pesquisa**

Para a realização das pesquisas, observados os preceitos éticos e legais, protocolos e procedimentos, a Polícia Militar de Minas Gerais, por meio do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar em cooperação com outras instituições de pesquisa, criou um Comitê de Ética em Pesquisa, interdisciplinar e independente, seguindo todas as diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que por sua vez, integra a estrutura do Conselho Nacional de Saúde.

Entre os integrantes do Comitê de Ética em Pesquisa da PMMG estão pesquisadores (as) e profissionais da Fundação Ezequiel Dias, do Sistema de Saúde da PMMG, Fundação João Pinheiro, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Federal de Ouro Preto e representante dos usuários.

## **2.5 Editora Universitária Academia do Prado Mineiro**

Como forma de fortalecer o intercâmbio da produção científica, a Academia de Polícia Militar dispõe de uma Editora Universitária, sediada no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, para publicação de produções acadêmicas, e gerencia dois Periódicos Científicos, nomeadamente, O *Alferes* e *Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública*, ambos reestruturados nos padrões Qualis Periódicos. Os conselhos editoriais contam com a cooperação de pesquisadores doutores vinculados às universidades e academias de polícia localizadas no Paraná, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

## **2.6 Núcleo de Tecnologia e Inovação Tiradentes**

De acordo com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016, de 11-1-2016, e Decreto nº 9.283/2018, a Academia de Polícia Militar é uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) do Estado de Minas Gerais.

Potencializando os esforços para o aprimoramento da pesquisa e inovação, em maio de 2021 a PMMG, por meio de sua Diretoria de Tecnologia e Sistemas e da Academia de Polícia Militar, e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Departamento de Ciência da Computação, celebraram um Memorando de Entendimentos (MoU). Tal instrumento tem por objeto a promoção e intercâmbio de conhecimento e informações com o objetivo de viabilizar a transferência de tecnologia entre os participantes, abrangendo plataformas, ferramentas e métodos

relacionados ao estado a arte de Inteligência Artificial (IA), voltados para Segurança Pública, sob a responsabilidade da PMMG.

Tais ações buscam dinâmicas que proporcionem práticas que levem à inovação, nos moldes da Lei nº 10.973, de 2-12-2004, como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços e processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.

Na estrutura da Academia de Polícia Militar está em fase de institucionalização o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) a ser gerido pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, com a finalidade de realizar a gestão de política institucional de inovação. Para ele será convergido o Capital Intelectual, que é o conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A chancela da Academia de Polícia Militar como Instituição Científica e Tecnológica e de Inovação pública estadual, se deu por meio do seu credenciamento ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), nos termos do Decreto nº 47.442, de 04-07-2018, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado e dá outras providências. Todas essas ações fazem parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

## **2.7 Mestrado Profissional em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras**

Em 2011 foi constituída pelo Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais uma Comissão de Estudo, por meio do ato de Designação nº

16/2011-CG, para avaliar a viabilidade de criação de um Mestrado Profissional. Após diagnóstico, os membros da comissão concluíram serem necessárias adotar várias ações de médio e longo prazos, entre elas: estruturar medidas institucionais que possibilitassem a titulação acadêmica de seus integrantes em nível de pós-graduação *stricto sensu* para formação qualificada de alto nível; criar cursos de pós-graduação *lato sensu* que seriam realizados no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação para produção científica; estabelecer parcerias com agências de fomento para concessão de bolsas de estudos; e constituir um Grupo de Pesquisa onde congregasse investigadores e seus respectivos projetos. Em decorrência dos estudos da Comissão elaborou-se o Plano de Reestruturação da Educação Profissional da PMMG (2011).

As proposições da Comissão foram executadas na última década buscando reunir condições para a criação de uma proposta de Mestrado Profissional que demonstrasse seu lastro de pesquisa e evidenciasse o compromisso Institucional com a produção acadêmica que impactasse positivamente os processos e metodologias de gestão e prestação de serviços aos cidadãos no campo da Segurança Pública.

Para esse processo, foi decisivo o Convênio de Cooperação nº 9.38/12 firmado entre a PMMG e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e com a Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa (FUNDEP), para o recebimento de bolsas, por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH).

De 2012 até agosto de 2021, a FAPEMIG concedeu aos policiais militares: 09 (nove) bolsas de doutorado nas áreas de Psicologia, História, Educação, Ecologia, Desenvolvimento Social, Direito e Geografia; 28 (vinte e oito) bolsas de Mestrado, nas áreas de Engenharia, Mecânica, Administração, Administração Pública, Planejamento Urbano e Regional, Medicina, Saúde Coletiva, Fisiologia, Educação Física, Relações Internacionais, Matemática, Direito, Sociologia, Ciências Sociais e Letras; 16 (dezesseis) bolsas de especializações nas áreas de Engenharia Civil, Saúde, Administração, Comunicação, Manutenção de Aeronaves, e

Gestão de Pessoas. Entre as Instituições de Ensino Superior dos bolsistas estão: a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Estadual de Montes Claros, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Universidade Federal de Uberlândia, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Universidade Federal de São João Del Rei, a Universidade Estácio de Sá, o Centro Universitário UNA/BH e a Fundação Getúlio Vargas.

As concessões de bolsas possibilitaram que vários policiais militares fossem titulados por Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* oferecidos por universidades de excelência internacional. Esses egressos deram continuidade às suas trajetórias profissionais, desenvolvendo atividades de docência nos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Conjugando a expertise desses policiais em suas áreas de atuação com a formação acadêmica de alto nível, foram realizadas no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar, no período de 2012 a 2019, sete pós-graduações *lato sensu*, que contemplaram as seguintes áreas:

- 1) Direitos Humanos (62 egressos);
- 2) Polícia Comunitária (14 egressos);
- 3) Direito Penal e Processual Penal Militar (166 egressos);
- 4) Inteligência de Segurança Pública (67 egressos);
- 5) Gestão e Direito Ambiental (41 egressos);
- 6) Gestão Estratégica de Saúde (41 egressos);
- 7) Gestão Estratégica e Planejamento (65 egressos).

O acesso dos discentes a tais especializações foi amplo, contemplado integrantes das Forças de Segurança Pública, servidores civis dessas instituições, além de diversos profissionais e pesquisadores. Em decorrência dos processos de ensino-aprendizagem surgiram diálogos e trocas de experiências entre discentes e docentes, que possibilitaram a construção de conhecimentos formalizados por meio de 456 artigos

científicos e várias obras coletivas que foram publicadas em forma de livros.

Diante das contingências da Pandemia de Covid-19, a gestão do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação no período 2020-2021, investiu seus esforços na Modalidade de Ensino a Distância. Por meio dos termos de cooperação técnica mencionados, construiu, em conjunto com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas (IFSULDEMINAS), o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Saúde, com 300 discentes e o Curso a Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Ambiental, com 250 discentes. Por envolver “espertises” desenvolvidas pela Polícia Militar, ambos os cursos contam com docentes da Instituição, incluindo integrantes do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras. O CPP desenvolveu ainda, em parceria com o IFSULDEMINAS, o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência no Ensino Superior.

Os professores indicados para integrarem o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras possuem perfis acadêmicos e profissionais que mostram a diversidade e complementaridade da equipe. Eles são detentores de experiência em suas áreas de atuação, se encontram em diversos níveis de maturidade profissional e acadêmica, estão envolvidos com a docência, pesquisa e produção acadêmica, o que possibilita diálogos entre a área de tecnologia e os temas relacionados às Ciências Policiais.

Diante desse Corpo Docente, a proposta de construção multidisciplinar de conhecimentos, que convergem para as Ciências Policiais e para as Tecnologias Inovadoras, torna-se possível em virtude da conjugação das pluralidades de perspectivas, tendo em vista os saberes construídos na conjugação das trajetórias acadêmicas formativas e as experiências profissionais. A riqueza epistemológica e metodológica está na junção das diversas Áreas de Conhecimento: Ciências Exatas, da Computação, Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Biológicas e Médicas.

Metodologicamente, parte-se da reflexão multidisciplinar sobre o objeto das Ciências Policiais (as práticas policiais como processo e a polícia como instituição). Tal objeto é engendrado pelas tecnologias inovadoras. Elas não podem ser pensadas de forma segregada, compartimentada, mas conjuntamente.

O Mestrado Profissional em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras da Polícia Militar de Minas Gerais se ancora nas diretrizes do Parecer nº 945/2019, do Conselho Nacional de Educação, de 9-10-2019, homologado por despacho do Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União em 9-6-2020, que reconhece as “Ciências Policiais como área de conhecimento no rol das ciências estudadas no Brasil”. O parecer esclarece que as Ciências Policiais buscam consolidar um ambiente propício para o desenvolvimento formativo de pesquisadores e da pesquisa; potencializar a interdisciplinaridade e ampliar a mobilização intelectual em torno do assunto e dos resultados práticos em relação à Segurança Pública.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De fato, o ambiente acadêmico e o processo ensino-aprendizagem assumem uma perspectiva dialética que fomenta a transformação de nossa realidade social. Dialética porque a pessoa, uma vez no ambiente acadêmico, se transforma enquanto indivíduo inserido no contexto, ao mesmo tempo em que transforma o contexto no qual se encontra inserido.

Tal perspectiva retrata a trajetória do Centro de Pesquisa e Pós-graduação. Nos últimos 20 anos o CPP foi responsável pela gestão, planejamento, execução, acompanhamento e desenvolvimento de pesquisas em nível institucional e também do planejamento, coordenação, controle e supervisão de ensino dos cursos em nível de Pós-Graduação na instituição.

O Centro, durante esse período capacitou por meio de cursos em nível de pós-graduação, para que fossem colocados à disposição da sociedade 614 Tenentes-Coronéis e Majores e outros integrantes de Instituições de Segurança Pública por meio do CEGESP/CSP; 1.262 Capitães e outros integrantes de Instituições de Segurança Pública, por meio do CESP/CAO, bem como 456 discentes nas Pós-Graduações de livre acesso em Direitos Humanos, Polícia Comunitária, Direito Penal, Processual Penal Militar, Inteligência de Segurança Pública, Gestão e Direito Ambiental, Gestão Estratégica de Saúde e Gestão Estratégica e Planejamento.

Nos anos de 2020 e 2021 o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, diante da nova realidade imposta pela pandemia do COVID-19, inovou a sua gestão por meio de várias ações, potencializando ainda mais a capacitação profissional dos integrantes da Instituição com os Termos de Cooperação Técnica assinados com outras Instituições de ensino como a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) por meio dos quais criou-se os cursos de pós-graduação em Gestão Estratégica em Saúde, Gestão Ambiental e Docência no Ensino Superior, todos eles na modalidade de ensino à distância (EaD) e totalmente gratuitos para o público interno.

Outrossim, foram realizadas mudanças nas matrizes curriculares do CESP e do CEGESP com o propósito de melhor ajustar a capacitação do público-alvo com as necessidades institucionais, considerando a trajetória formativa dos discentes, o perfil profissiográfico dos oficiais e as habilidades e competências, desejadas pela instituição, a serem desenvolvidas por meio dos referidos cursos.

Foi elaborado o Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas da Academia de Polícia Militar, recomposição do efetivo do CPP com reestruturação e criação de setores para fazer frente às novas demandas da Unidade e cumprir o previsto no Plano Estratégico da Instituição. Por meio de esforços conjuntos, em 2020 foram realizadas as

primeiras tratativas com a Academia de Polícia Militar do Guatupê no Estado do Paraná para fomentar a inclusão da APM (PMMG) na Rede de Internacionalização de Educação Policial (RINEP) composta atualmente por 42 (quarenta e duas) instituições de diversos países, o que se concretizou em outubro de 2021.

Visando a melhoria da qualidade na prestação de serviços e das condições de trabalho dos profissionais da educação na instituição, foi contratada uma profissional de biblioteconomia para coordenar os trabalhos da biblioteca, renovado o seu quadro de funcionários e elaborados os projetos, em execução, para a revitalização do acervo existente.

Por meio da editora universitária foram atribuídos ISBN para mais de 20 (vinte) manuais da PMMG e o DOI para várias publicações científicas da APM. Ainda como forma de melhor recepcionar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras, foram realizadas adequações das instalações físicas do prédio do CPP e criado o Comitê de Ética em Pesquisa da PMMG.

Conforme visto, outra importante conquista foi a criação e credenciamento do Núcleo de Pesquisa em Ciências Policiais e Segurança Pública junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, por meio da Universidade Estadual de Montes Claros. Tudo isso, sem se descuidar das necessárias mudanças no seu Regimento Interno com a previsão e criação de novos setores para fazer frente às novas demandas.

Todas essas ações, representam, sem dúvida, uma enorme conquista para a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e, sobretudo, para a sociedade mineira que passa a contar com uma instituição ainda melhor qualificada e profissionais melhor capacitados para o exercício da função.

A missão do CPP no desenvolvimento do processo é fazer com que os conhecimentos adquiridos durante a realização dos diversos cursos e projetos, possam transformar os integrantes da Instituição em profissionais possuidores de competências e habilidades distintivas e que

tais habilidades possam se refletir em efetiva contribuição para a transformação de nossa realidade social e para a construção de uma sociedade mais segura, justa e igualitária, corroborando o entendimento de que a capacitação dos integrantes das instituições de segurança pública está imbricada com o desenvolvimento do processo democrático, porque engendra na própria sociedade a condição necessária à sua transformação, na medida em que coloca a serviço da sociedade, gestores melhor capacitados para o exercício da função.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Tiago Farias. **A Dialética dos Olhares e os Dispositivos Comunicacionais/Midiáticos**: um estudo das lógicas dos processos interacionais no território da crackolândia na cidade de Governador Valadares/MG. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação Social) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

BRAGA, Tiago Farias; SILVEIRA, Fabrício Lopes. **Uma dialética de olhares**: um exercício heurístico-indiciário para a investigação do território da crackolândia de Governador Valadares (Mg) Enquanto Dispositivo Interacional. Tropos: Comunicação, Sociedade E Cultura. , V.8, P.1 - 19, 2019.

COTTA, Francis Albert. Reflexões iniciais sobre as Contribuições do Corpo Escola e Escola de Sargentos para o Processo Pedagógico Policial-Militar (1912-1931). **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 13, n. 77, p. 25-66, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/124> . Acesso em: 15 nov. 2021.

COTTA, Francis Albert. A polícia mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1960. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 22, n. 61, p. 11-42, jan./jun. 2007. Disponível em:

<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/46/84>  
. Acesso em: 15 nov. 2021.

COTTA, Francis Albert. Enisno e Pesquisa na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais: In: FRANÇA, Fábio Gomes de (org.). **Pesquisas em Segurança Pública**. João Pessoa: Ideia, 2020, p. 13-27. Disponível em:

[https://www.academia.edu/43198671/Ensino\\_e\\_Pesquisa\\_na\\_Academia\\_de\\_Pol%C3%ADcia\\_de\\_Minus\\_Gerais](https://www.academia.edu/43198671/Ensino_e_Pesquisa_na_Academia_de_Pol%C3%ADcia_de_Minus_Gerais) . Acesso em: 15 nov. 2021.

COTTA, Francis Albert; BRAGA, Tiago Farias. Educação Profissional Pós-Graduada e as Ciências Policiais em Minas: desafios para a especialização em Segurança Pública da Academia de Polícia. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 30, n. 77, p. 11-38, jul./dez. 2020. Disponível em:

<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/789/731>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Sérgio Luiz Félix. **A parceria entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro**: uma busca de legitimidade em ambientes altamente institucionalizados? Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/291> . Acesso em: 15 nov 2021.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos).

SOPRANO, Germán. Entre Clío y Marte: “Historia militar” y “historiadores militares” en la Argentina de la primera mitad del siglo XX. **Anuario IEHS**, n. 36 v. 1, p. 241-265, 2021. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuarios/article/view/993>. Acesso em: 18 nov. 2021.